



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27211 - DF (2020/0349677-3)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**IMPETRANTE : PASCHOAL SORRENTINO FILHO**  
**ADVOGADO : PASCHOAL SORRENTINO FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP017786**  
**IMPETRADO : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **DECISÃO**

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por PASCHOAL SORRENTINO FILHO, com pedido de liminar, contra decisões proferidas pelos então PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE, bem como pela TERCEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em razão dos resultados negativos com relação à admissibilidade dos recursos excepcionais interpostos.

Alega que, no Recurso Especial n. 1.599.365-SP, ocorreram manifestas ilegalidades, inconstitucionalidades e nulidades, razão pela qual requer que seja suspenso o julgamento do agravo interno interposto contra a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário até o julgamento final deste mandado de segurança.

Argumenta que as decisões judiciais impugnadas, que impediram o processamento dos recursos especial e extraordinário apresentados, são manifestamente teratológicas e nulas de pleno direito por manifesta violação dos princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa.

Às fls. 3.596-3.711, a parte impetrante reitera o que já fora alegado anteriormente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo o art. 105, I, *b*, da Constituição Federal, que demanda interpretação restritiva, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Importa salientar que o entendimento desta Corte é no sentido de que o cabimento de mandado de segurança contra decisão judicial é admitido somente de forma excepcional, quando se tratar de ato manifestamente ilegal e/ou teratológico, se não houver instrumentos recursais próprios na via ordinária, previstos na legislação processual, de modo a impedir a lesão ou a ameaça de lesão a direito líquido e certo, cuja

comprovação também dispensa instrução probatória, não sendo a hipótese dos autos, na qual há mera inconformidade com os resultados dos julgados contrários ao processamento dos recursos excepcionais interpostos, sendo utilizado o mandado de segurança, portanto indevidamente como um sucedâneo recursal.

A jurisprudência desta Corte é pacífica, também, no sentido de que o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, em decorrência do teor da Súmula 267 do STF, sob pena de desnaturação de sua essência constitucional.

Nesse sentido: "O mandado de segurança contra ato judicial é medida excepcional, cabível somente em situações nas quais pode se verificar, de plano, ato judicial eivado de ilegalidade, teratologia ou abuso de poder, que importem ao paciente irreparável lesão ao seu direito líquido e certo" (AgInt no MS 24.230/DF, Corte Especial, relator Ministro Felix Fischer, DJe de 13/9/2018).

Dessa forma, verifica-se de plano que, no caso concreto, não é cabível o remédio heroico uma vez que os atos judiciais apontados como ilegais são passíveis de recurso e, ainda, não se enquadram na exceção jurisprudencial pois não vislumbro ilegalidade manifesta a justificar o manuseio do mandado de segurança.

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente mandado de segurança por ser manifestamente incabível.

Sem condenação a honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente